

# PR exige melhoria na qualidade das decisões judiciais

Notícias, Política, 17.08.2018, Pág. 09, ed. 30.111

A NOMEAÇÃO e o consequente preenchimento do quadro de juízes-conselheiros do Tribunal Supremo (TS) deve significar melhoria no desempenho da missão constitucional deste órgão, que é garantir a aplicação uniforme da lei na esfera da sua jurisdição e ao serviço dos interesses do povo moçambicano.

O desafio foi lançado ontem, em Maputo, pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, na cerimónia de tomada de posse de dois novos juízes-conselheiros do TS, nomeadamente João Beirão e Rafael Sebastião. O primeiro ocupa actualmente o cargo de vice-presidente do Tribunal Supremo, enquanto o segundo era, até à data de nomeação, juiz desembargador.

Para o Chefe do Estado, os 13 juízes-conselheiros que compõem o quadro legal do TS, distribuídos pelas secções Cível, Criminal e Laboral, devem, em conjugação de esforços com os serviços de Inspeção Judicial, encontrar mecanismos de simplificação dos actos processuais e de melhoria da qualidade das decisões judiciais, respeitando sempre a sua independência.

Segundo o Presidente, a acção do juiz não se resume apenas na apreciação técnica e tomada de decisões, mas também na actuação marcadamente didáctica, uma forma de trabalho que deve ser seguida pelos colegas das instâncias inferiores, particularmente no que se refere à transmissão de valores



Presidente Filipe Nyusi exige resultados dos juízes-conselheiros do Tribunal Supremo

nobres da profissão, como a preocupação pelo próximo, a dedicação ao trabalho, a independência, a honestidade e a probidade.

Como disse o Presidente, os tribunais precisam de juízes comprometidos com a causa da justiça, que encontram satisfação no sentimento de dever cumprido em cada decisão que tomam. "Em cada resolução de conflito social que decidam, devem granjear legitimidade, através da confiança nele depositada pelo cidadão", afirmou.

Segundo Filipe Nyusi, é assumido que o nosso sistema de justiça formal ainda enfrenta desafios para responder às reais necessidades do povo. Assim, os juízes-conselheiros e integrados no topo da hierarquia do aparelho judicial, com a sua longa experiência de vida e de judicatura, também estão em condições de identificar as fragilidades que concorrem para a não satisfação na totalidade das comunidades e disfunção do sistema de justiça.

Por isso, conforme apontou o Chefe do Estado, justificou-se que participem de forma activa e empenhada nas iniciativas visando à reforma da justiça e do direito promovido nos diversos órgãos do Estado e interno dos tribunais judiciais.

No seu entender, as reformas que se impõem devem apontar sempre para uma justiça cada vez mais próxima dos cidadãos, quer em termos de acesso aos tribunais quer em termos da identidade das decisões judiciais.

U. MATULA